

Cruzando oceanos: vozes femininas que navegam a maternidade, feminismos e o ativismo

Crossing oceans: female voices that navigate motherhood, feminisms and activism

Cruzando oceanos: voces femininas navegando por la maternidade, los feminismos y el activismo

Entrevista

Esther Vivas

Potyra Té Tupinambá

Entrevistadoras



Maria Aparecida Ferrari

- Professora Associada II da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Livre-Docente em Relações Públicas pela ECA-USP.
- Doutora em Ciência da Comunicação pela USP, com período de estudos na Universidade de Maryland, Estados Unidos.
- Mestra em Ciências da Comunicação pela USP.
- Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi.
- E-mail: maferrar@usp.br



Sheila Prado Saraiva

- Mestra em Cultura de Paz, Conflitos, Educação e Direitos Humanos, com investigação em Gênero e Paz, pela Universidade de Córdoba (UCO), Espanha.
- Pós-Graduada em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela ECA-USP.
- Graduada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas pela ECA-USP.
- Autora do estudo "Madres en cuarentena: una mirada hacia los desafíos del aislamiento social, a partir de las experiencias de las madres en teletrabajo, durante la pandemia de la COVID-19" (Córdoba, 2021).
- Consultora em Transformação Social, Gênero e Migração.
- E-mail: sheila_saraiva@yahoo.com.br



As entrevistas que completam o Dossiê *Mulheres e feminismos: teorias, reflexões e processos comunicativos* da edição 40 (set./dez. de 2022) trazem as perspectivas de duas mulheres que, separadas pelo oceano Atlântico e falando a partir de diferentes culturas e modos de vida, compartilham seu olhar sobre a maternidade, sustentabilidade e regeneração, os desafios e o sonho de lutar por sociedades mais igualitárias, inclusivas e justas, sobretudo para as mulheres.

Esther Vivas, jornalista espanhola que por anos se dedicou aos estudos sobre o consumo consciente e que questiona o capitalismo, passou a incorporar, a partir de sua própria maternidade, reflexões sobre as mulheres, mães e os feminismos, colocando em debate os estereótipos, os modelos patriarcais e a recuperação do poder da decisão da mulher sobre como – e se – maternar, numa sociedade habituada a penalizá-la, seja qual for a sua escolha.

Potyra Té Tupinambá, advogada, comunicadora e ativista, residente na aldeia Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, nos traz outras perspectivas, relatando o seu trabalho em rede para fomentar o protagonismo e o empoderamento das mulheres indígenas, a maternidade, a conexão com a terra e as violências de gênero que também afetam esse grupo de mulheres.

Como editoras, tivemos o desafio e a honra de entrevistá-las e criar pontes entre essas duas vozes que representam experiências de mulheres de “dois mundos” que, ainda que tão distantes, estão conectados. Registramos nossa gratidão e admiração pelo ativismo de ambas as mulheres.



Esther Vivas

- Jornalista, socióloga e escritora, vive em Barcelona, na Espanha.
- Autora de livros sobre soberania alimentar, comércio justo, agroecologia e consumo crítico.
- A partir do momento que se tornou mãe, começou a refletir e escrever sobre a experiência materna e temas que a rodeiam, a partir de uma perspectiva feminista.
- Suas reflexões sobre a maternidade se encontram no livro *Mamás desobedientes*, editado pela primeira vez na Espanha, em 2019, em espanhol e em catalão, com posteriores edições pela América Latina.
- Em 2021, o livro foi lançado no Brasil pela Editora Timo, com mais de 25.000 exemplares vendidos.

ORGANICOM – *Esther, seu chamado nos convoca a uma maternidade feminista e, ao mesmo tempo, aos feminismos para que olhem para a maternidade. Por que acontece esse distanciamento e por que o reencontro entre feminismos e maternidades é necessário?*

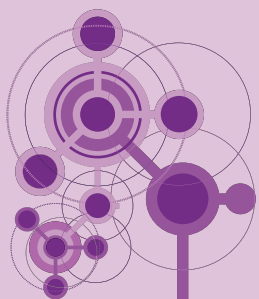
ESTHER VIVAS – O distanciamento relaciona-se com o sequestro da maternidade pelo patriarcado ao longo dos séculos, pois foi utilizado como instrumento de controle do corpo e destino da mulher. Foi contra esse mandato patriarcal da maternidade que as mulheres da segunda onda feminista – nos anos 1960 e 1970 – se rebelaram, dando ênfase aos instrumentos de liberação e controle de seus próprios corpos, por meio dos anticoncepcionais, aborto e outros temas.

A ativista norte-americana Adrienne Rich já propunha nos anos 1970, em seu livro *Nacemos de mujer*, a reconciliação de feministas com a maternidade. Infelizmente, foi uma das poucas vozes que tocou neste tema. Agora, na quarta onda feminista, está surgindo um outro olhar mais reconciliador, observando a maternidade com menos julgamento e dotada de direitos.

Vejo neste momento uma nova oportunidade para olhar a maternidade a partir de uma perspectiva de gênero, colocando em evidência temas do âmbito privado para o público, como a menstruação, a saúde sexual com perspectiva de gênero, a sexualidade feminina e, claro, a maternidade.

ORGANICOM – *No seu livro, Mamãe desobediente (edição brasileira, Editora Timo, 2022), você traz um ensaio ricamente documentado que retrata os desafios de ser mãe na sociedade atual. Entre eles, expõe como nossas experiências nos levam ao binômio da “maternidade patriarcal abnegada” ou da “maternidade neoliberal”, subordinada al mercado. Quem é essa mãe no imaginário coletivo? Qual é a via alternativa?*

ESTHER VIVAS – A maternidade é resultado de uma construção social e cultural determinada pelo sistema patriarcal e capitalista. Isso faz com que as mães se olhem no espelho e vejam o imperativo de ser a mãe abnegada de toda a vida, única responsável pelos cuidados de seus filhos, com dedicação intensiva e uma projeção idealizada da mãe que cuida de todos e que não tem outra função. Mas, ao mesmo tempo, esse espelho da maternidade mostra a supermãe, que pode com tudo, que sempre está disponível para mercado de trabalho, que nunca erra, que tem um corpo perfeito, condicionada às necessidades do mercado, que deve trabalhar como se não tivesse filhos.



Essa é a ideia hegemônica que existe e envolve a maternidade, claramente inserida em uma lógica patriarcal e produtiva. Constatamos isso nas licenças-maternidade curtas, além da ignorância e distanciamento da sociedade em relação à amamentação ou aos desafios do cuidar.

É a partir deste cenário que as expectativas como mulher/mãe não coincidem com a experiência materna real, gerando culpa por não conseguir ser a mãe perfeita. É importante problematizar essa ideia de culpa e tomar consciência disso, pois é o melhor caminho para nos libertarmos dela.

No imaginário coletivo, por meio de uma perspectiva social e cultural, a comunicação projeta essas duas opções: ser a mãe abnegada e sacrificada ou a *superwoman*. Algumas vezes também surge a imagem da “mãe coragem” que luta por seus filhos – por exemplo, as mães da Praça de Maio, na Argentina. Mas a imagem da mãe que luta por seus próprios direitos é nula na sociedade atual. O grande desafio feminista é buscar um novo imaginário, feminista e coletivo, no qual essa mãe luta para poder decidir sobre a sua experiência.

ORGANICOM – *Por que não se vê homens reivindicando os direitos de seus filhos?*

ESTHER VIVAS – Como costume, os pais parecem que ainda não se envolvem como as mães na luta em prol dos direitos de sua prole. Temos como hegemônica uma paternidade pouco comprometida e pouco afetada por esta experiência. Também necessitamos de uma paternidade mais engajada.

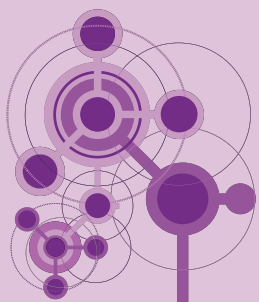
ORGANICOM – *A pirâmide populacional está invertendo. Você acredita que as mulheres estão abandonando a maternidade por questões profissionais?*

ESTHER VIVAS – O problema é que, em um sistema que precariza as condições de vida – a dificuldade da entrada e permanência no mercado de trabalho, os salários baixos, as dificuldades no acesso à saúde e à educação pública de qualidade e a precariedade ao acesso à moradia –, como as pessoas – mulheres ou homens – vão pensar em ter filhos?

Quando analisamos os dados, a natalidade está muito relacionada com a capacidade econômica das famílias. É um fenômeno diferente do passado, quando as famílias que mais tinham filhos eram de baixa renda. Aqui, na Espanha, cada crise econômica é um golpe às famílias com menos recursos em sua capacidade para ter descendência, e cada vez mais o que observamos é que as famílias que têm menos filhos são as que tem menos recursos econômicos.

Por outro lado, hoje, as mulheres que estão engravidando são as que têm aproximadamente 35 anos, quase no final do ciclo reprodutivo e, em muitos casos, engravidam com ajuda de reprodução assistida, o que demonstra, mais uma vez, que é um acesso somente a uma pequena parcela da população. As pesquisas aqui mostram que, atualmente, as mulheres não têm mais filhos porque não podem tê-los. A maternidade está se transformando em um privilégio de classe, acessível apenas a quem possa permitir-se, e condicionada ao mercado, já que empurra o período para bem mais tarde e reforça a necessidade de reprodução assistida – e paga.

**“A paternidade ainda é pouco comprometida e pouco afetada por esta experiência.
Também necessitamos de uma paternidade mais engajada.”**



ORGANICOM – *Atualmente, temos o direito de decidir se queremos ou não ser mães; entretanto, não temos direito de decidir como maternar¹. Qual é o valor da maternidade e da infância para a sociedade? E qual é o papel do Estado e das organizações na maternidade?*

ESTHER VIVAS – Precisamos “desindividualizar” e “desfeminilizar” a maternidade. A maternidade deve ser considerada uma responsabilidade coletiva, de mulheres e homens, mas também da sociedade em geral, porque estamos falando de acompanhar e cuidar da saúde física e mental de crianças que serão os adultos de amanhã, e isso deve implicar a todos.

Infelizmente, como vivemos em uma sociedade que valoriza o produtivo, a maternidade, que não é considerada “produtiva” nos parâmetros do mercado, acaba sendo invisibilizada. A necessidade de mudança está aí: o trabalho reprodutivo, o cuidar, são essenciais para a sociedade.

No que se refere a “desfeminilizar” a maternidade, consiste em, para além de visibilizar o caráter biológico da maternidade, aclarar que os cuidados podem ser realizados por todas as pessoas. E desde este ponto de vista, necessitamos de uma sociedade que acolha, que valorize os cuidados e a maternidade e políticas públicas que deem suporte para isso. Principalmente porque vivemos em uma sociedade que é hostil à maternidade e à infância, algo claramente observado nesses dois anos de pandemia – os direitos que foram primeiramente ignorados foram da infância e os cuidados, ou seja, dois campos considerados menos “produtivos”.

**“A maternidade não está apenas atravessada por desigualdades de gênero,
 mas também de raça e classe social. Nem todas as mães têm
 as mesmas possibilidades, opções e direitos.”**

ORGANICOM – *As mães que não têm um trabalho remunerado não se consideram produtivas. Que paradigma é esse?*

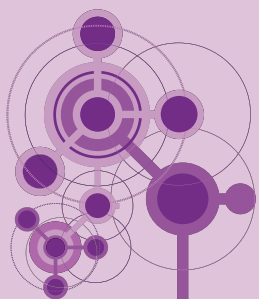
ESTHER VIVAS – As mães têm a mesma ideia de produtividade que toda a sociedade, vinculada ao valor econômico, a partir de uma lógica de mercado e capitalista. E, dentro desta lógica, os trabalhos de cuidados não são considerados trabalho. Isto é falso!

Cuidar da infância e das tarefas domésticas é trabalho; não são remunerados e muito menos valorizados, mas sustentam a estrutura social. É por isso que são considerados “trabalhos de mulheres”. Isso deve mudar!

Visto por uma perspectiva social e das próprias mulheres, pouco a pouco vamos abrindo espaço, a partir da economia feminista. Há muito trabalho a fazer. A maternidade não está apenas atravessada por desigualdades de gênero, mas também de raça e classe social. Nem todas as mães têm as mesmas possibilidades, opções e direitos.

Também há uma questão de privilégios quando falamos de maternidade. Por exemplo, a preocupação de uma mulher branca de classe média, em relação a sua maternidade, está em conciliar essa experiência com o mercado de trabalho,

¹ A palavra maternar é um neologismo que vem sendo utilizado em fóruns, textos e redes sociais que abordam a maternidade para se referir ao processo de cuidado de um bebê ou criança para além do biológico e cognitivo, refletindo nos vínculos afetivos e emocionais, assim como no acompanhamento da criança em seu processo de desenvolvimento. Este ato pode ser realizado pela própria mãe e/ou por outras pessoas responsáveis pelo cuidado da criança. Julia Puig resume no título de seu livro, *Maternar: crianza con alma* (2022), uma ação que vai bem além das tarefas do cuidar. Mariángeles Castro Sánchez, no artigo *Maternar: cuando la maternidade se hace verbo* (2018), explica que “maternar é cuidar criando vínculos afetivos profundos”, mencionando também a empatia e a teoria do apego para forjar essa relação. O termo vem sendo muito utilizado no contexto de reivindicação de mulheres-mães de escolher como realizar esse processo e, fundamentalmente, de garantir direitos que permitam o tempo e as condições adequadas para realizá-lo, uma vez que, no modelo atual de sociedade, os tempos da maternidade são ditados mais pelo mundo do trabalho que pelas necessidades da criança e da mãe. Também se naturalizou que os adultos de referência para um bebê passem, por exemplo, a maior parte do dia longe da criança.



mas a preocupação de uma mãe com pouco recursos econômicos é de como chegar ao fim do mês com as contas pagas – em muitos casos, são famílias monoparentais.

Portanto, a maternidade deve ser vista dentro de uma perspectiva plural e compreender que as violências e desigualdades não afetam a todas por igual. O feminismo deve ter um enfoque interseccional ao analisar a maternidade e lutar pelos direitos das mães. Se não lutamos pelos direitos das mulheres a uma maternidade de qualidade, ela se converterá em privilégio de classe. Por exemplo, se o parto respeitado não é um direito, ele se transforma em privilégio. Outra questão é: que mulher pode se permitir seis meses de lactância e não remunerada?

“A maternidade deve ser vista dentro de uma perspectiva plural e compreender que as violências e desigualdades não afetam a todas por igual. O feminismo deve ter um enfoque interseccional ao analisar a maternidade e lutar pelos direitos das mães.”

ORGANICOM – *No seu livro você aborda a medicalização e mercantilização do parto que se transformam em violência obstétrica. Para você, que violência é essa e quais são as suas consequências?*

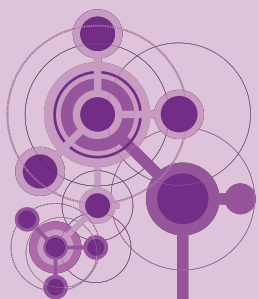
ESTHER VIVAS – É o conjunto de práticas realizadas por profissionais da saúde no âmbito perinatal que podem causar danos à mãe e ao bebê. Alguns exemplos são: não informar o que está acontecendo com a mulher durante sua assistência, não respeitar ou considerar o plano de parto, infantilizar a mulher, fazer uma cesárea sem necessidade, fazer episiotomia de rotina, realizar a manobra de Kristeller, separar o binômio mãe e bebê sem motivo e realizar parto instrumentalizado forçosamente.

Quando questionadas sobre essas práticas em seus partos, a maioria das mulheres afirma ter passado por estas situações, mas não são conscientes de que esses procedimentos são considerados uma violência obstétrica. Disseram a elas que parir era assim! É violência de gênero porque sofremos as mulheres-mães pelo simples fato de sermos mulheres.

A sociedade e o sistema sanitário normalizaram essas práticas que infelizmente deixam sequelas físicas e psicológicas. E ao não serem conscientes desta violação, as mulheres não recebem reparação, o que torna o processo de cura muito mais difícil, causando consequências como depressão pós-parto e estresse pós-traumático, além de muitas se sentirem culpadas e não vítimas. Falar disso é uma maneira de erradicar essas práticas e acompanhar estas mulheres para transformá-las de vítimas à sobreviventes da violência obstétrica.

ORGANICOM – *No Brasil, as pesquisas mostram que as mulheres perdem cerca de 24% de seus ganhos com a chegada do primeiro filho, podendo chegar até 40% se têm três ou mais filhos, e, aos 45 anos, as mulheres ganham em média 55% do salário dos homens. Que outros desafios você acredita que as mães enfrentam em sua trajetória profissional?*

ESTHER VIVAS – De acordo com estes números, há uma clara penalização da maternidade no âmbito do mundo do trabalho. Geralmente isso é utilizado como argumento de que há perdas para a organização e para o mercado quando a mulher decide ser mãe. Dá-se ênfase ao fato de ser mãe, mas claro que o problema não é a maternidade em si, mas sim do mercado de trabalho, pois este não ocorre para os pais. Aqui é onde constatamos a profunda hipocrisia dessa sociedade, em um contexto de queda das porcentagens de natalidade que seguem penalizando as mulheres que têm filhos e a gestação. Como vamos promover a natalidade se o mercado de trabalho dá as costas às essas mulheres grávidas e com filhos? Sempre quando focamos a relação da maternidade com o mercado de trabalho, a mulher está sempre procurando um caminho para adequar-se e não ser penalizada. Na Espanha, quando começou a se legislar sobre as licenças de maternidade, que hoje são de 16 semanas tanto para mulheres como para homens, isso foi uma demanda de um feminismo com perspectiva liberal, que considera que a igualdade passa por medidas deste tipo.

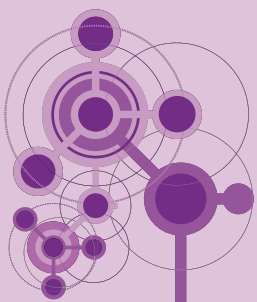


É certo de que necessitamos da corresponsabilidade. Mas não se pode negar o caráter biológico da maternidade, físico e hormonal, que são as mulheres que dão à luz e amamentam, e por isso necessitamos que o mundo do trabalho e o Estado reconheçam essa realidade.

“É necessário que os estados legislem sobre as licenças-maternidade, porque os períodos que existem são incompatíveis com a lactância e com o pós-parto. Incluindo os pais que, em muitos países contam com licenças de poucos dias. Quando o estado não garante os direitos eles viram privilégios.”

ORGANICOM – Pesquisas indicam que a experiência da pandemia fez com que as mulheres se aproximassem mais dos feminismos, dos espaços de reflexão, criando redes de apoio e sororidade virtuais. Você vê as mulheres mais conscientes de sua condição na sociedade? Qual mensagem você deixaria para mulheres que leem a sua entrevista?

ESTHER VIVAS – Retomaria uma reflexão de que esta nova onda feminista é a oportunidade de mostrar ao público uma série de temas que antes eram tabus, como gênero, maternidade e saúde sexual, e que isto deve nos permitir viver estas experiências de maneira mais coletiva e com maior prazer. E se hoje se abre um espaço para falar de maternidade feminista, de parto respeitado, dos direitos das mulheres, isso está relacionado com o contexto desse novo feminismo. Infelizmente, a opinião hegemônica sobre a maternidade ainda está dominada pelo patriarcado e isto faz com que seja necessário debater para que as mães entendam que muitos dos condicionantes que sofrem em sua maternidade ou muitas das problemáticas que enfrentam não estão relacionadas ao fato de que são ou não boas mães e sim com uma sociedade que dificulta a experiência materna, que a violenta e que a discrimina e que para ter uma experiência positiva é necessário entender a estrutura desta experiência. Criar redes de apoio é uma estratégia para que ser mãe numa sociedade tão individualista seja mais ameno, e que estas experiências físicas ou virtuais possam nos ajudar a transitar nesta experiência sem nos sentirmos tão sozinhas.



Compartilhando o espaço de Entrevistas, trazemos nossa conversa com Potyra Té Tupinambá, mulher indígena que tem dedicado sua vida a fortalecer e defender as mulheres indígenas, a lutar pelos seus direitos e a resgatar a dignidade e respeito aos mais de 300 povos indígenas em mais de 7mil localidades no Brasil. Nessa oportunidade, além das editoras do Dossiê 40, contamos com a participação de Carolina de Jongh² para enriquecer o debate.



Potyra Té Tupinambá

- Advogada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia.
- Mãe de Tayguara, de sete anos de idade.
- Ativista pelos direitos das mulheres indígenas.
- Fez parte de iniciativas pioneiras de etnomídia e inclusão digital dos povos indígenas por meio de sua atuação com a rede Índios Online.
- Atuou como advogada em retomadas de terras.
- Gestora executiva da organização de defesa dos direitos indígenas Thydewá.
- Integra a gestão da rede Pelas Mulheres Indígenas, que oferece apoio jurídico e psicológico a mulheres indígenas.

ORGANICOM – *Queremos começar ouvindo um pouco sobre você, sobre suas origens. Pelo que entendemos, Potyra não é o seu nome de nascimento, correto? Então, como foi “tornar-se Potyra Té Tupinambá”, assim como o processo de voltar às origens e ao território indígena?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Potyra é mãe, ativista, profissional pela defesa dos direitos dos povos e mulheres indígenas. Meu nome de nascimento é Ivana Cardoso de Jesus e nasci em Salvador, Bahia, onde também estudei durante a infância. Minha avó era de origem indígena e teve que deixar o seu território e ir para a cidade por causa dos conflitos de terra. Ela e meu avô, que era um Tupinambá, deram nomes indígenas a todos os filhos, incluindo a minha mãe, Indaiá Jaciguara. Embora não soubesse muitos detalhes dolorosos da história da minha avó, eu estava envolta em aspectos da nossa cultura e identidade. Minha avó foi uma figura muito importante na minha formação e foi a minha conexão ancestral com a cultura indígena, embora quase não falasse sobre isso.

Na escola, aos 10 anos, recebi o “nome” de Potyra de uma professora. Ali já sabia que era indígena, me chamavam de índia, mas não de uma forma pejorativa – o que ocorreu mais adiante, na universidade. Aos 16 anos, eu já tinha certeza de que queria estudar Direito para ajudar a defender os povos indígenas para que não tivessem que deixar o seu território; isso aconteceu como parte do meu processo de busca para conhecer e resgatar minhas origens.

Porém, só em 2007 é que me mudei para a Aldeia Itapuã, em território Tupinambá de Olivença, em Ilhéus, Bahia, e onde também nasceu meu filho, Taiguara, em 2014. Essa mudança foi um divisor de águas na minha vida.

ORGANICOM – *Aproveitando que você mencionou o seu filho, quem é a “mãe Potyra” e como você faz para conciliar maternidade e todo o seu trabalho como ativista e defensora dos povos indígenas?*

² Carolina Alves de Jongh é mãe do Lucas e do João. É mestre em Psicologia Social, administradora de empresas e sócia da Janela 8, consultoria que atua para equidade de gênero e inclusão socioambiental. Tem desenvolvido projetos e práticas de apoio a mulheres em todo o território brasileiro. Em 2022 foi uma das facilitadoras do Encontro de Mulheres Indígenas do Mato Grosso de 2022. Carolina dialogou com Potyra Té Tupinambá em diferentes projetos e entrevistas nos anos de 2020 e 2021.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A maternidade foi um momento muito marcante para mim. Além da transformação de mulher a mãe, o meu filho Taiguara nasceu na aldeia, dentro da tribo, algo que não foi possível no meu nascimento e que me marcou desde muito cedo: o retorno às origens e poder estar no território, o que me levou a viver em diferentes comunidades até me estabelecer no território Tupinambá de Olivença. Taiguara significa “índio que vive livre na aldeia”, então é muito simbólico e emocionante, uma reconexão profunda com a terra e com ele. E ele vive aqui assim: livre, tranquilo na comunidade, vai à escola dentro da aldeia e conhece todo mundo por aqui. Um outro modo de vida.

Como vivi sempre atuando de um lado para outro entre viagens, comunidades e muitas atividades, não pensava em ter filhos. Quando fiquei grávida em 2014 foi uma surpresa!

A maternidade é um grande aprendizado e é um desafio também tentar dar conta de tudo, são muitas tarefas do dia a dia que se somam ao atendimento às mulheres, reuniões on-line, projetos, capacitações, encontros na aldeia... É um desafio também desacelerar para poder estar com ele.

Mas tem uma coisa muito interessante, porque os vínculos na aldeia são diferentes da cidade, as redes de apoio... todo mundo se conhece e vive em comunidade de fato. Então sei aqui toda a aldeia também está cuidando do Taiguara, que ele está lá fora brincando com outras crianças e adultos que são seus parentes, que pode comer em outras casas, que estará bem mesmo quando não estou por perto.

ORGANICOM – *Potyra, como é ser uma mulher indígena e estar na luta pelo território e por outras mulheres indígenas?*

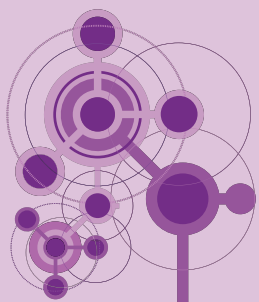
POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Ser mulher indígena é desafiante, principalmente por ser comprometida com a luta dos direitos das mulheres. Há muitas militantes, mas na questão de gênero, são poucas. Nossas lutas são muitas, principalmente onde o capitalismo e o liberalismo só querem nos destruir. Lutamos diariamente por educação e saúde de qualidade e por um território demarcado ou para manter a demarcação que já temos. E além dessas lutas, ainda existe a luta da mulher, que é individual, enquanto as outras são coletivas. Tentamos fortalecer estes espaços nas comunidades, pois somos as guardiãs da sabedoria, que mantêm a cultura. Nós, mulheres, temos nosso papel dentro de nossos povos, mas quando falamos de gênero e de violências de gênero, como a violência doméstica, por exemplo, não existem muitos espaços para trabalhar esta perspectiva.

Por outro lado, há resistência, a conexão com a terra e a luta por preservar esse território que é parte de nós. São muitas as batalhas diárias, os enfrentamentos, perseguições no território. Em diferentes momentos participei e documentei esses enfrentamentos e ameaças às comunidades: ataques, queimas de nossas casas, assassinatos, prisões...precisamos criar mecanismos de defesa e fortalecer as comunidades.

**“O território está dentro da gente. Não tem dignidade sem território indígena.
 Quando a gente perde o espaço/território, a gente perde a identidade.”**

ORGANICOM – *Em fevereiro de 2020, o Instituto Socioambiental (ISA)³ mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações que contam com departamento de mulheres, totalizando 92 organizações presentes em 21 estados do Brasil, o que mostra que a militância é evidente. Você é coordenadora de uma rede de mulheres indígenas, então como surge esse movimento?*

³ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.socioambiental.org/>.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A rede nasceu em 2014, como projeto de uma instituição chamada Thydewá. Era um projeto de formação com vários temas que perpassam a vida das mulheres e não apenas a violência e a lei Maria da Penha. Fizemos esta formação com 16 mulheres de oito comunidades do nordeste de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Elas se formaram para poder atuar em suas comunidades, para falar sobre a questão de gênero, levantando esta temática nas aldeias. Por exemplo, as conversas aconteciam na hora de ralar a mandioca ou de lavar roupa no rio, aí se tratavam sobre estas questões, ou seja, não era necessário fazer uma reunião formal sobre violência doméstica.

Em todos os momentos as mulheres formadas são estimuladas a abordar estes temas em suas comunidades. Desde 2014 já fizemos 26 encontros em comunidades indígenas e, em 2015, lançamos um livro-cartilha que circulou em algumas comunidades; foram três mil exemplares distribuídos nas aldeias e também para algumas escolas de outros territórios. Esse livro circulou e as mulheres começaram a saber mais sobre os seus direitos. Por exemplo, em minha aldeia, uma mulher sinalizou ao companheiro que ele não poderia bater mais nela porque “estava no livro”. Elas estão vivendo um despertar de consciências para os seus direitos, agora elas sabem que são amparadas por uma legislação que afirma que bater é crime. Muitas diziam que não havia violência em suas comunidades, mas depois que elas passaram pelo processo formativo, elas mudaram de opinião. Entendemos que a informação é importantíssima e trabalhamos para que a informação seja a libertação da mulher. A partir do momento que elas compreendem o que é um comportamento abusivo, o que é violência doméstica, que o homem não tem o direito de bater porque é marido, elas mudam de atitude. Depois destas reflexões, muitas mulheres se libertaram dos seus problemas. Usamos as rodas de conversa, com o método do teatro do oprimido, para trabalhar com o tema de violência doméstica.

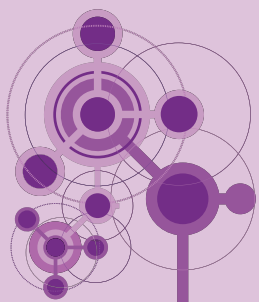
ORGANICOM – *Vocês utilizam muitas metodologias e canais para esse trabalho de comunicação, sensibilização e educação: o livro, as rodas de conversa, o teatro do oprimido... É durante esse projeto que foi criado também um programa de rádio?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Em 2015 criamos a rádio Acauã para aquelas mulheres que não recebiam nossos livros ou não conseguiam participar das nossas reuniões. Por meio de um podcast fizemos vários programas para circular por WhatsApp e pela página web que tinha um blog, para o qual as mulheres escreviam suas experiências. Algumas mulheres não sabiam ler e essa ferramenta foi útil. Entendemos que a informação é importante e que pode salvar vidas. Também estimulamos que as próprias comunidades possam resolver seus problemas de violência elas mesmas, em conversas nas aldeias, porque outros problemas elas já resolvem desta maneira. Nosso objetivo é estimular mecanismos de enfrentamento à violência.

ORGANICOM – *Há uma diversidade de mulheres indígenas aldeadas, assim como nas cidades. Você poderia nos contar um pouco sobre essa diversidade de mulheres indígenas, do acesso à tecnologia, aos conteúdos acessados e de ações empreendidas por elas?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Nossos povos são diversos. Somos da mata e da cidade, nosso território está dentro da gente e, dentro ou fora dos nossos territórios tradicionais, nós somos indígenas. Existem mulheres indígenas que nunca viram um celular ou que não conhecem a internet, enquanto outras já são doutoras nas cidades e até mesmo dentro das aldeias, com o pé na terra convivendo com sua realidade. Outras que, de acordo com seu processo histórico, tiveram que ir para as cidades, por uma imposição do capitalismo ou do neoliberalismo, que domina e toma os territórios.

Me sinto responsável, porque eu tive a oportunidade de estudar. Há mulheres que estão dentro da mata e que não sabem nem que eu existo, que não conhecem a internet, ou que existem direitos que as protegem. Mas eu acredito que as minhas ações podem impactar a vida destas mulheres. A partir do momento que eu estimulo mulheres a se organizarem e a se posicionarem, minhas ações estão interferindo na vida delas. Podem também impactar os indígenas que estão nas cidades. Existe muito preconceito com as pessoas indígenas que estão em contexto urbano, mas por que é que elas estão lá?



Provavelmente porque tiveram que sair dos seus territórios momentaneamente para trabalhar ou estudar, mas não deixaram de ser indígenas nem mulheres. Temos os mesmos problemas. Algo nos une, que é o pertencimento a uma ancestralidade, uma tradição, os antepassados.

Essa diferença é criada mais pelo que está fora da comunidade. Dentro ou fora, as mulheres indígenas querem o melhor para todas. Ter seus direitos, criar seus filhos, ensinar sua cultura e sua tradição. Umas ensinando no concreto e outras ensinando na aldeia, mas todas ensinando, porque foi como aprendemos com as nossas mães, com a nossa cultura.

ORGANICOM – *Quais são as principais pautas hoje para as mulheres indígenas?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – A maior pauta é a demarcação dos nossos territórios. Existe muita insegurança, tem muito conflito perto das aldeias. As fazendas estão muito próximas de nossos territórios, tem pistoleiro e muitas outras situações que colocam nossas vidas em risco e qualquer pessoa pode entrar nas aldeias, por isso também há muita mulher no contexto urbano.

Com a demarcação, o clima de segurança volta à aldeia e os indígenas que estão na cidade podem voltar aos seus territórios. Muitos saíram porque foram expulsos, eles ou seus antepassados. Muitos têm o sonho de voltar para a terra de seus ancestrais. A terra é a base, pois é a nossa vida, a nossa mãe, o nosso maior bem. Mas não vemos o nosso território como propriedade, algo que possa ser vendido; a terra é parte de nós. A gente vem da terra, pisamos na terra, comemos o que vem dela, temos uma relação com a terra de muita afetividade e de muito amor. Vivemos, comemos, moramos, conseguimos nossos remédios a partir dela. Temos a sensação de proteção estando aí, desde que não tenha gente estranha circulando pelos nossos territórios.

ORGANICOM – *Com a pandemia, os indicadores do confinamento social destacam um aumento nos índices de violência contra a mulher. Como está essa situação nas comunidades indígenas?*

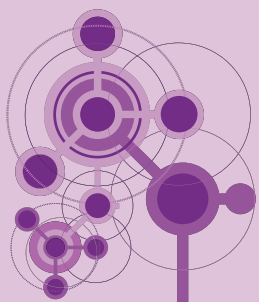
POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Não apenas contra as mulheres. Podemos incluir crianças e idosos também. Com a pandemia não podíamos fazer as rodas de conversa, mas, em ambiente virtual, continuamos conversando sobre os tipos de violências, homens narcisistas, autocuidado e outros temas. Temos assessoria jurídica às mulheres que sofrem de violência, além de um grupo de psicólogos. Aliás, necessitamos demais de companheiros psicólogos, é só nos procurar!⁴

É muito difícil o acesso, tanto da nossa rede como das mulheres que estão nas aldeias. Contamos com o apoio dessas mulheres que fazem parte da nossa rede e também com as redes sociais para encaminhar aos nossos serviços as mulheres que sofrem violência. Não temos noção do número total de mulheres que sofrem de violência, são crimes muito bem escondidos e calados e, infelizmente, não conseguimos captar a todas sem uma presença física nas aldeias, devido à falta de acesso, internet, computadores e telefones. A maioria das aldeias não tem sinal de internet ou de celular. Esta é a realidade das aldeias.

“E hoje que a internet já está lá nas aldeias, nos questionamos o que os jovens estão fazendo na internet [...] se ficam jogando etc. Portanto, é uma faca de dois gumes. [...] A questão é o uso [...] e não a própria tecnologia.”

ORGANICOM – *Você acha que existem pessoas nas aldeias que não querem que os indígenas tenham acesso à tecnologia?*

⁴ É possível entrar em contato com Potyra e com a Rede pelas Mulheres Indígenas por meio de seus perfis no Instagram: @potyrate e @pelasmulheresindigenas.



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Em 2006, eu participei do movimento Índios Online, que instalou rede para internet em algumas aldeias. Naquela ocasião, discutimos se o acesso à internet iria acabar com a cultura indígena. Mas entendemos que levar a comunicação para dentro da aldeia era função social. E hoje, quando a internet já está lá de alguma forma, nos questionamos o que os jovens estão fazendo na internet, ao que têm acesso, se ficam jogando etc. Portanto, é uma faca de dois gumes, assim se usa a internet de qualquer forma. Acredito que se deve mostrar que a internet é uma ferramenta. Eu uso como ferramenta de luta, para falar de minha opinião, dialogar com as pessoas de fora da aldeia, buscar projetos, falar com outras mulheres que não estão próximas etc. A internet é boa, muitos indígenas conseguiram fazer faculdade por isso, principalmente em áreas remotas, onde é difícil ter uma universidade. A questão é o uso que se faz dela e não a própria tecnologia.

ORGANICOM – *Como vocês tem feito a mobilização da rede frente às dificuldades que você mencionou? O que é mais difícil na mobilização da rede?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Atuávamos antes da pandemia em aldeias no Nordeste e fizemos alguns encontros presenciais com aldeias do Acre e do Rio Grande do Sul. Com a pandemia, conseguimos entrar em contato com mulheres, pelas redes, que estão em áreas urbanas. Desta maneira, não ficamos concentradas apenas nos oito povos e comunidades com as quais já tínhamos acessibilidade. Eu vejo que a pandemia abriu esse leque na nossa rede, acessamos muitas mulheres de várias partes do Brasil. Talvez se estivéssemos apenas no presencial não conseguiríamos encontrá-las. Nós queremos que as mulheres entendam que a nossa rede é um espaço que elas podem acessar se estiverem em uma relação de violência, pois nela serão acolhidas e informadas. Esta mudança que tivemos que fazer com a pandemia, criando um perfil de Instagram, nos levou a ter contato com mais mulheres, as quais foram inseridas em nosso grupo de WhatsApp.

ORGANICOM – *Como os homens lidam com esta temática do machismo e violência, nas rodas de conversa que vocês organizam?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Eles ficam curiosos, ficam em volta tentando ouvir o que se fala nas rodas de conversa. Em algumas ocasiões, dizem que as mulheres estão muito "ousadas"; em outras, não conseguimos fazer apenas com as mulheres e temos que respeitar como essas comunidades se organizam. Teve momentos que realizamos rodas separadas. Há uma diversidade de situações. Tem encontro de mulheres que são com outras mulheres, tem reuniões em que os homens vão para a cozinha fazer alguma refeição para elas.

"O machismo não faz parte da cultura tradicional indígena. Ele chegou com o invasor. Existiu e segue existindo uma separação de funções por sexo, mas não de uma forma machista."

ORGANICOM – *De que maneira o tema do machismo nas comunidades indígenas se diferencia ou se assemelha ao do homem branco?*

POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Dentro das nossas comunidades é tudo machismo. A diferença é que esse machismo não faz parte da cultura tradicional indígena. Ele chegou com o invasor. Existiu e segue existindo uma separação de funções por sexo, mas não de uma forma machista. Todos têm a sua função na aldeia.

Na aldeia, cada um tem uma função social. Homem e mulher trabalham em pé de igualdade: o homem faz a limpeza da terra e a mulher traz a semente, mas com o machismo essa situação mudou. Com a invasão dos brancos, chegou informação de que as mulheres são inferiores aos homens. A criança e o idoso também fazem parte do processo.

ORGANICOM – *Como as mulheres brancas, não indígenas, podem exercer sororidade com as mulheres indígenas e apoiar seus movimentos e lutas?*



POTYRA TÉ TUPINAMBÁ – Dialogando. As mulheres brancas têm conseguido mais informações do que as indígenas e elas podem colaborar criando momentos de troca de saberes entre nós indígenas, quilombolas, ciganas e mulheres do campo. Todas nós estamos em contextos diferentes, mas muitas de nossas dores são iguais e algumas têm mais possibilidades de acessar informações e políticas públicas. Quando uma mulher branca estiver nas esferas de discussões, deve se lembrar que nós existimos e que, na maioria das vezes, estamos excluídas das políticas públicas. Ou quando houver um espaço de voz para as mulheres, deve dar a possibilidade de visibilidade ao nosso trabalho, ao nosso modo de vida e nossas pautas. Nós também estamos aqui.

REFERÊNCIAS

Puig, Julia. *Maternar*. crianza con alma. Madrid: La esfera de los libros, 2022.

Sánchez, Mariángeles Castro. Maternar: cuando la maternidad se hace verbo. *Infobae*, [s.l.], 20out.2018. Disponível em: <https://www.infobae.com/opinion/2018/10/20/maternar-cuando-la-maternidad-se-hace-verbo/>. Acesso em: 1fev.2023.

Artigo recebido em 22.12.2022 e aprovado em 03.02.2023.